



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS**  
**AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -**  
**COGEN**

<b>ATA DE REUNIÃO</b>	
<b>Membros presentes:</b>	<b>Mário Soares Caymmi Gomes</b> - Juiz de Direito (Presidente) <b>Ângela Bacellar Batista</b> – Juíza de Direito <b>Laura Scaldaferrri Pessoa</b> – Juíza de Direito <b>Leonardo Rullian Custódio</b> – Juiz de Direito <b>Angélica Matos</b> – Juíza de Direito <b>Celeste Oliveira</b> - Servidora <b>Robson Matos da Gama</b> – Servidor <b>Sara dos Santos Teles</b> – Servidora <b>Marcelo Amaral da Silveira</b> – Servidor <b>Márcia Batista da Silva</b> - Servidora <b>Raphael Varga Scorpião</b> – Representante da ADEP <b>Daniel Soeiro</b> - Representante da DPE-BA <b>Taindara Nobre</b> – Representante da SEJUD
<b>Convidados presentes:</b>	<b>Marco Adriano Fonseca</b> – Coordenador do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão <b>Luciano Villar</b> – Servidor do TJMA <b>Joseane Cantanhede</b> – Servidora do TJMA <b>Elaile Silva Carvalho</b> – Diretora Adjunta do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão <b>Joelma Regina</b> – Servidora do TJMA

**Data:** 31/05/2021 | **Início:** 14h08 | **Fim:** 15h43 | **Local:** Sala de reunião virtual (*Lifesize*)

<b>EVENTO</b>	<b>ITEM</b>	<b>PONTOS DISCUTIDOS</b>
<b>6ª Reunião da COGEN</b>	<b>1</b>	<b>Apresentação e votação do Regimento Interno da COGEN;</b>
	<b>2</b>	<b>2. Entrevista com representantes do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão;</b>
	<b>3</b>	<b>Discussão do convite formulado pela UNICORP para que esta Comissão promova, sob os auspícios daquela, um evento sobre gênero e orientação sexual, a todos os membros do Poder Judiciário. Detalhamento de temas e datas do evento. Criação de comissão para a sua realização;</b>

### **DESENVOLVIMENTO DA PAUTA**

Aberta a reunião, realizada por videoconferência, foi registrada a presença dos membros efetivos da COGEN acima citados. A Doutora Andrea Paula Miranda apresentou justificativa para sua ausência. Os demais membros ausentes não apresentaram justificativa, até o início da assentada.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS  
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -  
COGEN**

**1. Apresentação e votação do Regimento Interno da COGEN;**

De início, o Doutor Leonardo Custódio, no papel de presidente interino desta Reunião, uma vez que o Doutor Mário Caymmi somente pode se fazer presente através de mensagem de vídeo destinada aos membros da Comissão para deliberação, deixou registrado que a proposta trazida à deliberação foi objeto de quatro reuniões específicas da subcomissão formada para esta finalidade, pelos Doutores Mário Caymmi e Leonardo Custódio, e Servidores Sara Teles e Robson Gama, além da participação, na última reunião, da Doutora Andrea Paula Miranda, estando, portanto, suficientemente madura para apreciação dos demais membros.

Em questão de ordem, Doutora Ângela Bacellar pontuou a necessidade de se aprovar a Ata da reunião precedente, antes do início dos trabalhos relativos à Reunião atual. Tendo em vista tratar-se de ponto até então não enfrentado diretamente pela Comissão, nas Reuniões anteriores, a despeito de estar presente no Projeto de Regimento Interno, Doutor Leonardo Custódio ponderou por acatar a sugestão da Doutora Ângela Bacellar, no mínimo enquanto não definida a regra inserta no Regimento Interno a ser votado.

Aberta a votação acerca da ratificação ou não da Ata da 5ª Reunião da COGEN, não houve impugnações, restando seu inteiro teor aprovado à unanimidade dos membros presentes.

Em novo destaque, o Servidor Robson Gama sugeriu que o Projeto de Regimento Interno fosse alterado, para que no procedimento de impugnação da Ata constasse como regra, ao invés do envio da contestação ao Secretário da Comissão, que se encarregaria de repassar o conteúdo aos demais membros, via *mailing* da COGEN, o envio direto ao endereço eletrônico [cogen@tjba.jus.br](mailto:cogen@tjba.jus.br), tornando mais dinâmica e célere tais intervenções, por eliminar uma etapa redundante do processo.

Vencida a questão de ordem, Doutor Leonardo Custódio destacou o reduzido número de membros presentes à assentada, submetendo à votação a necessidade ou não de se postergar a votação, para momento futuro, no qual um quórum razoavelmente suficiente estivesse presente. Reforçou, em acréscimo, que tal postergação não poderia se protrair excessivamente no tempo, tendo em vista a pretensão da COGEN de inscrever-se a tempo no Prêmio Innovare, por o qual o seu Regimento Interno é documento essencial.

Submetida a questão à votação, deliberou-se pela postergação da votação, concedendo-se aos membros da COGEN o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação das sugestões de aprimoramento do Projeto de Regimento Interno apresentado, via *e-mail*, enviado ao endereço eletrônico [cogen@tjba.jus.br](mailto:cogen@tjba.jus.br).

**2. Entrevista com representantes do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão;**

Após breve introdução, pelo Presidente interino da COGEN, Doutor Leonardo Custódio, acerca do escopo institucional da COGEN, no âmbito do PJBA, foi aberta a palavra aos representantes do Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão, para



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS  
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -  
COGEN**

realizarem suas apresentações.

Em primeiro lugar falou o Coordenador do Comitê, o Doutor Marco Adriano Fonseca. De início, Doutor Marco Fonseca compartilhou com os membros presentes, por meio de link retransmitido no Grupo de *WhatsApp* da COGEN, o vídeo institucional do Comitê de Diversidade do TJMA, no qual é abordada a forma de atuação do Comitê, bem como sua composição. Também foi apresentada a Resolução que instituiu o Comitê de Diversidade, no âmbito do TJMA, e delimitou o seu caráter propositivo-consultivo, bem como os seus princípios e objetivos.

Em seguida, relatando o desenvolvimento do Comitê desde sua criação, Doutor Marco Fonseca pontou as dificuldades atuais à sua atuação, destacando a reconhecida necessidade de promoção de uma análise censitária do público interno do TJMA, tendo em vista os obstáculos que vêm sendo postos ao alcance deste objetivo institucional, a despeito de sua premência.

Narrou a audiência pública realizada no ano de 2020, voltada à população LGBTQIA+, na qual firmaram-se alguns termos de compromisso, a exemplo da criação de Delegacias específicas, voltadas ao atendimento humanizado destas populações, e combate direto às modalidades delitivas que as atingem diretamente. Outro exemplo foi a formação de Comissão destinada a rediscutir o Provimento maranhense de alteração de nome e gênero.

Especificamente sobre este último ponto, foi passada a palavra para o Servidor do TJMA Luciano Villar, autodeclarado homem trans, para que narrasse sua vivência pessoal sobre o assunto.

Em sua explanação, narrou um caso concreto, no qual a atuação do Comitê de Diversidade foi essencial para que o jurisdicionado alcançasse o acesso a seu direito de retificação de nome e gênero, pois o Cartório no qual estava registrado vinha lhe impondo, em diversas oportunidades, uma série de entraves à obtenção de sua pretensão retificadora, em nítido descompasso com a normatização federal e estadual vigente. Narra que, por conta não apenas de sua atuação particular dentro de um coletivo de pessoas trans, mas especialmente em razão de integrar um Comitê do Poder Judiciário que o tinha como público-alvo, este jurisdicionado o procurou. Recebida a demanda, conta que entrou em contato, em nome do Comitê, com a Corregedoria de Justiça, e, em apenas dois dias, o estado de ilegalidade que se protraía por longos meses foi resolvido, atribuindo a concretização do direito deste jurisdicionado à presente de um espaço, dentro do Poder Judiciário Maranhense, destinado a ouvir, em particular, as demandas da população LGBTQIA+. Lembra que o Poder Judiciário é, reconhecidamente, dentre os Três Poderes, aquele com o qual a população LGBTQIA+ mais pôde contar, tendo em vista que praticamente todos os avanços, em termos de conquista e reconhecimento de direitos, foram construções jurisprudenciais.

Em seguida, foi dada a palavra à Doutora Elaile Carvalho, Diretora Adjunta do Comitê de Diversidade do TJMA. Em sua explanação, trouxe mais um exemplo de atuação do Comitê, desta feita *ex officio*. Tratou-se de uma seleção de vagas para estágio, promovida pelo TJMA, na qual um dos selecionados relatou, em suas redes sociais, ter sido vítima de preconceito racial, por parte do magistrado em cuja Vara prestaria seu serviço público. Narra que essa postagem chegou ao conhecimento dos membros do Comitê, tendo sido



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS  
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -  
COGEN**

deliberada a necessidade de o próprio Comitê entrar em contato com este colaborador, para se inteirar da situação e orientá-lo acerca dos seus direitos e das possibilidade de insurgência contra o ato discriminatório que o tinha vitimado. Ponderou que, a despeito de, no caso concreto, o estagiário ter sido realocado em outra Vara Judiciária, e, por conta disso, ter optado por não levar adiante sua insurgência, optando por postura conciliatória, este exemplo aponta não apenas a possibilidade, mas também a necessidade de o Poder Judiciário agir de uma forma diferente de sua postura mais tradicional, de agir apenas quando provocado nos autos de uma demanda judicial.

Em seguida se pronunciou a Servidora Joseane Cantanhede, Servidora do TJMA. Em sua explanação, destacou a importância e contribuição do Comitê de Diversidade na formação e capacitação dos servidores do Tribunal, a qual deve contar com a participação plural das demais ciências do conhecimento humano, não apenas o Direito, o qual tem se mostrado historicamente insuficiente para o alcance da garantia de dignidade a todos e todas. Destacou também a importância da realização do censo no âmbito do TJMA, uma das principais bandeiras defendidas pelo Comitê atualmente.

Por fim, foi concedida a palavra à Servidora Joelma Regina, integrante do Núcleo de Sustentabilidade do TJMA, para falar sobre a atuação do Comitê de Diversidade no alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030, um dos objetivos institucionais do Comitê. Infelizmente dificuldades técnicas impediram o registro de seu depoimento.

Retornada a palavra ao Doutor Marco Fonseca, foi feito um convite aos membros da COGEN, para participarem do Primeiro Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação do TJMA. Finalizou compartilhando sua visão de que, tanto o Comitê maranhense, quanto a Comissão baiana, devem ser faróis aos respectivos Tribunal, e espelho para seus jurisdicionados.

Retornada a palavra ao Doutor Leonardo Custódio, ponderou-se a importância desta troca de experiências, especialmente em se tratando de Comitês/Comissões de vanguarda, pois a sensação de não estar só, e enxergar-se no outro, fortalece e motiva todas os envolvidos a alçar voos cada vez maiores. Exemplificou com um jargão tipicamente acadêmico, segundo o qual todos estamos no mesmo barco: aprendendo a aprender; pois, se nos é claro em que lugar queremos chegar, ainda estamos no processo de descoberta das formas mais eficazes de chegar lá. Destacou a importância da escolha do Comitê maranhense, de focar na descoberta de formas práticas, e não apenas teóricas, de fazer os jurisdicionados das populações abarcadas por seu escopo institucional se sentirem representados e efetivamente protegidos em seus direitos.

Franqueada a palavra aos demais membros da COGEN, a Doutora Liz Resende agradeceu à participação dos representantes do Comitê de Diversidade, e elogiou o caráter holístico do Comitê, comparativamente com a escolha do PJBA, que optou por instituir Comissões específicas para cada um destes temas. A Servidora Celeste Oliveira externalizou sua felicidade em ter contato com a experiência maranhense, e se disse certa de que esta experiência será de fundamental importância para que a COGEN amplie e aprimore sua atuação no âmbito do Poder Judiciário baiano. O Secretário Marcelo Silveira, agradeceu, em nome do Doutor Mário Caymmi, não apenas a presença, mas principalmente a disponibilidade do Doutor Marco Fonseca, solícito desde o início dos contatos, e comprometido ao ponto de comparecer não apenas sozinho, mas acompanhado de vários



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL - COGEN

membros do Comitê, todos com uma contribuição pessoal efetiva para o apoio mútuo iniciado nesta oportunidade. Pontuou estar a COGEN à disposição do Comitê de Diversidade, para ampliar esta troca de experiências, levando suas próprias vivências aos eventos promovidos pelo Comitê maranhense, sempre que for de mútuo interesse.

Ao final, Doutor Leonardo Custódio abriu espaço para que o vídeo gravado por Doutor Mário, no qual havia sido detalhada a atuação da COGEN na Semana de Combate à Homofobia, bem como conclamava os membros interessados a compor uma subcomissão, voltada à Elaboração do Plano de Mídia da COGEN. Nada obstante, dificuldades técnicas impossibilitaram que o áudio da gravação fosse ouvido, de forma que se decidiu por apresentar o material no grupo de *WhatsApp* da COGEN, e lá coletar-se os voluntários para integrar a subcomissão responsável pela elaboração do Plano de Mídia.

Dos membros ainda presentes, a Servidora Sara Teles prontamente manifestou seu interesse em compor esta subcomissão.

Feitas estas ponderações finais, foi dada por encerrada a 6ª Reunião Ordinária da COGEN.

